



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING ELETRÔNICO

07/11/2010



INDICE

| | |
|---|---------|
| 1. JORNAL ATOS E FATOS | |
| 1.1. COMARCAS..... | 1 - 2 |
| 1.2. CÂMARA CÍVEL..... | 3 |
| 1.3. JULGAMENTOS..... | 4 |
| 2. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO | |
| 2.1. AMMA - ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS..... | 5 - 8 |
| 2.2. DESEMBARGADORES..... | 9 - 12 |
| 2.3. HOMENAGEM..... | 13 |
| 2.4. INSTITUCIONAL..... | 14 - 15 |
| 2.5. OUVIDORIA..... | 16 |
| 3. JORNAL GAZETA DA ILHA | |
| 3.1. CURSOS..... | 17 |
| 4. JORNAL O IMPARCIAL | |
| 4.1. INSTITUCIONAL..... | 18 |
| 4.2. JULGAMENTOS..... | 19 - 23 |
| 4.3. VARA CÍVEL..... | 24 |
| 5. JORNAL PEQUENO | |
| 5.1. COMARCAS..... | 25 |
| 5.2. CÂMARA CRIMINAL DE JUSTIÇA..... | 26 - 30 |
| 5.3. DESEMBARGADORES..... | 31 |
| 5.4. OUVIDORIA..... | 32 |

Corregedor inicia nova inspeção a comarcas na segunda-feira

O corregedor-geral da Justiça inicia na segunda-feira, 8, nova rodada de inspeção a comarcas estaduais - a terceira desde que assumiu o cargo. Com esse novo trabalho, Antonio Guerreiro Júnior irá completar 80 comarcas fiscalizadas em menos de um ano de gestão. **PÁGINA 4**

Corregedor inicia nova inspeção a comarcas na segunda-feira

O corregedor-geral da Justiça inicia na segunda-feira, 8, nova rodada de inspeção a comarcas estaduais - a terceira desde que assumiu o cargo. Com esse novo trabalho, Antonio Guerreiro Júnior irá completar 80 comarcas fiscalizadas em menos de um ano de gestão.

Coroatá, Coelho Neto, Caxias e Vargem Grande estão no roteiro de 15 comarcas que serão vistoriadas por equipe da Corregedoria até sexta-feira, 12.

A tarefa não difere, de inspeções anteriores. Guerreiro Júnior irá verifi-

car o que as unidades oferecem de melhor em prestação jurisdicional e quais serviços podem ser melhorados. Os assessores também devem inteirar-se do que juizes e servidores têm a dizer sobre condições de trabalho e qual a real situação dos prédios.

Em setembro, o corregedor inspecionou 55 comarcas, inclusive as do Sul do Estado. Em julho, foi a 17 comarcas da Baixada.

Em grande parte das comarcas visitadas Guerreiro Júnior tem autorizado a entrega de móveis e equipamentos novos e a

implantação dos projetos "Fala Audiência" e "Teleaudiência".

Próprias para a gravação em áudio de audiências e registro textual de depoimentos, as duas ferramentas desenvolvidas pela Corregedoria têm sido bem recebidas pelos juizes, sobretudo pela facilidade de uso.

Comarcas a ser inspecionadas - Coroatá, Timbiras, Codó, Caxias, Coelho Neto, Buriti de Inácia Vaz, Araioses, Tutóia, Magalhães de Almeida, São Bernardo, Santa Quitéria, Brejo, Chapadinha, Urbano Santos e Vargem Grande.

TJMA mantém nomes de Edison Lobão e João Alberto em órgãos públicos

Por determinação das Câmaras Cíveis Reunidas do Tribunal de Justiça do Maranhão, os logradouros e prédios que possuem os nomes dos senadores eleitos Edison Lobão e João Alberto de Sousa devem permanecer com essas denominações. A decisão, por maioria dos desembargadores membros, deu provimento ao recurso dos senadores que solicitaram a manutenção dos seus nomes nos locais públicos, em sessão na sexta-feira, 5.

O uso dos respectivos nomes em prédios e outros locais foi questionado por meio de Ação Popular ajuizada em novembro de 1995, com pedido de retirada imediata das inscrições em símbolos, imagens, monumentos, a exemplo da escola estadual "Com-

plexo Educacional Edison Lobão" e da Avenida Litorânea que passou a se chamar de Edison Lobão, além do Centro de Processamento de Dados João Alberto de Sousa.

Entre as alegações apresentadas na Ação Popular está o uso indevido de verbas públicas com o objetivo de promoção política e eleitoral. À época, a solicitação foi atendida judicialmente, através de liminar.

Inconformados, os senadores entraram com recurso, e, em julho de 2007, a 1ª Vara da Fazenda Pública de São Luís julgou improcedente a Ação. Entre outros argumentos, o magistrado de 1º grau decidiu que o requisito do ato lesivo não foi demonstrado, além de os prejuízos decorrentes das

denominações não terem sido apresentados de forma clara.

CONSTITUIÇÃO - O parágrafo 9º, do artigo 19 da Constituição Estadual do Maranhão, alterado por emenda constitucional, citado no julgamento, prevê que "é proibida a denominação de obra e logradouros públicos com nome de pessoas vivas, excetuando-se da aplicação deste dispositivo às pessoas vivas consagradas notória e internacionalmente como ilustres".

O relator do processo, desembargador Raimundo Cutrim, ao proferir o voto dando provimento ao recurso dos senadores, destacou que a iniciativa de colocar os nomes dos políticos em espaços públicos foi da Assembleia Legislativa do Estado.

3ª Vara de Pedreiras passa a liderar lista de pendências com Meta 2

Com 757 processos pendentes, a 3ª Vara de Pedreiras deixa a terceira posição e passa a liderar a lista de unidades judiciárias estaduais com maior volume de processos a serem julgados até o final do ano, em cumprimento à Meta 2 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), de acordo com mapa de acompanhamento divulgado na sexta-feira, 5, pela Corregedoria Geral da Justiça.

O crescimento de 61,69% no montante de processos pendentes - 24.515 contra 15.125 processos da primeira lista - é uma das novidades em relação ao levantamento anterior.

Recordista de pendências em mapa do final de outubro, a 2ª Vara de Presidente Dutra ocupa agora a 169ª posição no quadro. Evoluiu para apenas 11 processos nessa condição, contra os 2.467 processos informados naquele mês. Nesse caso, houve equívoco no lançamento dos dados enviados à Corregedoria pela secretaria judicial da respectiva vara.

Enquanto a relação de outubro destacava as 30 unidades com índices negativos no cumprimento da Meta 2 no estado, o trabalho recente abrange todas as varas e juizados especiais.

O número de processos da 3ª Vara de Pedreiras continua o mesmo. A 2ª e 1ª Varas da comarca de entrância intermediária passam a ocupar a quarta e décima nona posição entre as ranqueadas, respectivamente, com 522 e 336 processos.

Em São Luís, a 4ª Vara Cível (578 processos) e a 6ª Vara da Fazenda Pública (551 processos) aparecem em segundo e terceiro lugares. A 4ª Vara

Cível manteve a segunda colocação, entretanto reduziu o total de processos. Eram 780 na contagem anterior.

Ao todo, 13 varas e um juizado da capital, o 3º Juizado Especial Criminal, no Fórum Universitário, são citados entre as 50 unidades com maior incidência de processos da Meta 2.

O coordenador geral do cumprimento das Metas de Nivelamento do CNJ e juiz auxiliar da Corregedoria, José Nilo Ribeiro Filho, diz que a posição de varas e juizados deve sofrer mudanças significativas até o final de 2010.

Ele desfaz a ideia de que a divulgação da lista seja uma forma de pressionar os juizes em débito com o CNJ. "É uma exigência do CNJ, com a sociedade que reclama ações transparentes para o Judiciário e um compromisso de gestão do corregedor Guerreiro Júnior", justifica. A Corregedoria passará a divulgar novas listas com frequência.

Por orientação do corregedor, o juiz auxiliar tem provocado seguidas reuniões com juizes das varas Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública da capital, no Fórum do Calhau, no sentido de motivá-los a priorizar a execução da meta.

Guerreiro Júnior indicou outros oito juizes para coordenar o cumprimento de metas estratégicas do CNJ. Ronaldo Maciel, Raimundo Nonato Neris, José de Ribamar Castro, Carlos Henrique Velloso e José Edilson Caridade atuarão na capital, e Adolfo Pires da Fonseca Neto, Diva Maria de Barros e Delvan Tavares serão os coordenadores na Comarca de Imperatriz.

Maranhense e paulista disputam cargo na AMB

Política 2

Desembargador paulista e juiz maranhense disputam a presidência da AMB

Gervásio Santos e Nelson Calandra percorrem o Brasil divulgando suas propostas para comandar a entidade que representa os interesses de magistrados brasileiros

Carla Lima
Da editoria de Política

De 23 a 26 deste mês, cerca de 14 mil juízes de todo o Brasil irão eleger o presidente da Associação de Magistrados do Brasil (AMB), votando pela internet e, no dia 26, nas sedes das associações estaduais. Estão na disputa o desembargador paulista Nelson Calandra e o juiz maranhense Gervásio Santos.

Em campanha pelas 27 uni-

dades da Federação, os dois candidatos à presidência da AMB estiveram no Maranhão apresentando propostas aos 310 juízes membros da associação no estado. Os dois concorrentes ao mais alto cargo de representação de magistrados do país apresentaram a **O Estado** suas propostas para a categoria, além de tratar de temas polêmicos, como a atuação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) como órgão que apura e julga condutas de juízes e o papel do magistrado na sociedade brasileira.



O juiz Gervásio Santos afirma ter chances reais de vencer a disputa



Nelson Calandra veio ao Maranhão apresentar propostas à categoria

Gervásio Santos é o primeiro maranhense que tenta a eleição da AMB. Segundo o juiz, sua candidatura é oriunda de uma articulação política que conta com o apoio de 19 associações estaduais e oito entidades trabalhistas ligadas à AMB. O credenciamento para ser postulante ao cargo de presidente da associação nacional seria ainda o trabalho que ele desenvolveu por quase quatro anos à frente da Associação de Magistrados do Maranhão (Amma).

“Preciso deixar claro a todos que nossa candidatura não é uma aventura. Existem reais chances de vitória, e isso somente é possível porque nossa candidatura é oriunda de uma articulação política a partir de um trabalho desenvolvido à frente da Amma, que tem como base a defesa das prerrogativas dos juizes”, afirmou Gervásio Protásio.

Entre os presidentes de associações de magistrados estaduais que estão apoiando a candidatura de Gervásio Santos, o juiz destaca as do Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, segundo e terceiro maiores colégios eleitorais da classe no Brasil. “Temos o apoio ainda de três dos quatro presidentes das associações do Sudeste, além dos presidentes das associações dos estados do Sul do país e de todas as do Nordeste”, informou o magistrado.

Propostas - Entre as propostas do juiz maranhense a serem desenvolvidas caso chegue à presidência da AMB está a democratização do Judiciário, cujo processo seria iniciado com a escolha do presidente do Tribunal de Justiça, feita por todos os magistrados que compõem o Poder. “O que temos hoje é uma escolha feita pela alta cúpula do Poder Judiciário nos estados, o que não combina com o atual estado democrático de

direito. O presidente do Tribunal de Justiça é um gestor e nessa condição ele deve ser escolhido por todos os magistrados”, afirmou.

Também são propostas do juiz maranhense a defesa das prerrogativas dos magistrados, a manutenção da aposentadoria compulsória do magistrado com 70 anos e a extinção do Quinto Constitucional, considerado pelo candidato como uma forma de uso de influências políticas no Poder

Judiciário.

“Atuação prospectiva, defesa intransigente das prerrogativas da magistratura, fortalecimento do vínculo associativo, competência na relação com os Poderes e no âmbito interno, diálogo permanente com a sociedade, comunicação eficiente, melhora na prestação jurisdicional e a conseqüente valorização do Poder Judiciário também são algumas de nossas propostas para dirigir a AMB”, informou Gervásio Santos

Sobre a atuação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) nos casos de investigação e julgamento de condutas irregulares de juizes, Gervásio Santos acredita que o órgão age além do que ele foi criado, ou seja, supera as regras básicas previstas na Constituição Federal, que é de controle administrativo e financeiro “não podendo avançar em questões de natureza jurisdicional”.

Outro aspecto apontado pelo magistrado maranhense é que o CNJ tem a necessidade de democratizar sua atuação abrindo espaço para que os magistrados participem das metas estabelecidas pelo conselho. “Cabe à AMB abrir o diálogo com o CNJ para democratizar suas ações e também combater qualquer excesso que invada a esfera jurisdicional do magistrado”, finalizou.

“

O CNJ precisa de limites e esses limites podem ser dados pelo Estatuto da Magistratura. O conselho, às vezes, ultrapassa a sua competência”

Gervásio Santos

Nelson Calandra é desembargador de São Paulo e esteve durante quatro anos à frente da Associação Paulista de Magistrados (Ampmagis). Assim como seu concorrente na disputa pela presidência da AMB, ele também aponta o trabalho desenvolvido na associação como a carta de apresentação que lhe credencia a postular o comando da AMB.

Entre as ações desenvolvidas ainda como presidente da Ampmagis, Calandra aponta o aumento salarial dos juizes, que segundo o candidato era o mais baixo do país; a quebra de barreiras para juizes disputarem vaga de desembargador em São Paulo, já que era necessário chegar à capital paulista e agora, por meio de uma lei de organização judiciária, esses magistrados agora podem concorrer a vaga no TJ paulista atuando ainda no interior do estado.

O candidato paulista aponta como uma de suas prioridades de gestão o resgate da AMB, já que, segundo ele, o papel que a associação desenvolve hoje não é o de entidade representativa de classe, mas de uma Organização Não-Governamental (ONG). Para Nelson Calandra, a defesa dos interesses dos magistrados é papel prioritário da associação, embora ele defenda a promoção de projetos de conscientização da sociedade quanto ao funcionamento do Judiciário.

E para resgatar esse papel da AMB, o desembargador paulista apresenta como propostas a defesa das prerrogativas dos magistrados como forma de garantir a independência dos juizes. "Precisamos fazer campanhas de valorização dos magistrados para que possamos fortalecer a sua legitimação social em todo o Brasil, a fim de evidenciar a necessidade de suas prerrogativas como garantia de independên-

cia em prol da população", disse o desembargador.

Conselho - Também faz parte de suas propostas aumentar o número de cadeiras no Conselho Nacional de Justiça direcionadas para membros da Justiça de primeiro grau. Atualmente são destinadas duas das 15 vagas no conselho para membros oriundos da justiça de base. De acordo com Calandra, seriam necessárias mais quatro cadeiras para a Justiça estadual.

"O CNJ tem um problema de construção quando foi criado pela PEC 45/2005, já que reservou para a justiça de 1º e 2º graus apenas duas vagas. Como isso pode ser possível se 70% da justiça brasileira está nos estados? Isso precisa ser discutido colocando em pauta a reserva de pelo menos mais quatro vagas no CNJ para a Justiça estadual", disse Nelson Calandra.

A defesa da manutenção da idade de 70 anos para a aposentadoria compulsória do magistrado também faz parte do programa de gestão do candidato. "Ao contrário do que está sendo espalhado, nossa candidatura não prega o aumento de 70 para 75 anos o limite de idade para a aposentadoria compulsória dos juizes. Pregamos a manutenção da situação atual, mas que exista um espaço dentro do Tribunal de Justiça para aquele magistrado que queira desenvolver algum trabalho", justificou o candidato paulista.

A paridade de remuneração após a aposentadoria do magistrado que está prevista na Proposta de Emenda Constitucional (PEC 46), vitaliciedade do magistrado (que está prevista para ser extinta) e promoção de uma agenda de defesa dos interesses das diferenças regionais, por meio da Coordenadoria da Justiça Estadual, também são temas defendidos por Nelson Calandra.

“

Nos últimos anos, a AMB perdeu o foco, pois foi mais envolvida em campanhas para melhorar sua imagem do que em projetos de interesse dos magistrados"

Nelson Calandra

Casa sem bom alicerce cai!

SÔNIA MARIA AMARAL FERNANDES RIBEIRO

Não por mérito, mas pela benevolência divina, a minha vida, em todos os quesitos, tem sido repleta de boas novas. Uma dessas diz respeito à possibilidade que o Tribunal de Justiça me conferiu, desde 2008, de coordenar o seu planejamento estratégico.

Para a maioria esmagadora dos magistrados, na qual me insiro, havia um desconhecimento da matéria, já que na grade dos cursos de direito não existe disciplina que aborde o assunto. Por esse motivo, meu aprendizado foi árduo, mas creio que profícuo, graças à ajuda que tive dos demais componentes do núcleo de planejamento - com formação em administração - e de leituras sobre o tema.

Aprendi muito e muito ainda tenho para aprender. Dentre tantas coisas que aprendi no que concerne ao Tribunal de Justiça, especificamente, destaco a necessidade de construção de um bom alicerce gerencial.

Há 20 anos sou magistrada. Durante esses anos, tive a oportunidade de exercer várias funções administrativas. Isso me propiciou uma visão mais acurada da nossa instituição. Dessa visão privilegiada, pude ver as várias mazelas que nos incomodam e que acabam por resultar, no mais das vezes, em má prestação jurisdicional.

Como muitos, sempre acreditei que a culpa residia exclusivamente nas opções equivocadas feitas pelo Tribunal, que estariam a comprometer o grosso do orçamento com o 2º Grau (leia-se desembargadores), em detrimento do 1º Grau (leia-se juízes).

Hoje sei, por força dessa nova vivência, que essa verdade não é absoluta.

Se analisarmos mais amiúde, observaremos que o 2º Grau não vive o melhor dos mundos: o prédio é um labirinto, cheio de "puxadinhos" e infiltrações; as Câmaras, até reforma feita dias atrás, funcionavam em salas problemáticas (carpetes velhos, móveis quebrados, áca-

ros por todo lado, sistema informatizado obsoleto etc.); há pouco tempo, o funcionamento dos dois elevadores era exceção; as diretorias e coordenações funcionam em salas insalubres, etc. etc.

Nada disso é culpa de gestão A ou B e, ao mesmo tempo, é culpa de todos, pois se analisarmos com paciência tudo que se gastou de recursos públicos em estruturação ao longo desses muitos anos, principalmente no 1º Grau (valores absolutos), percebe-se que não foi pouco. E aí é que entra a questão do planejamento ou da falta de planejamento.

O que observo hoje, na lida diária, é que se gasta muito, mas se gasta mal. Não porque se privilegia mais uma instância e menos a outra, mas porque se gasta desordenadamente: de um ano para outro, mesmo sendo previsível, não se compra o número de equipamentos e móveis necessários à reposição, posto que não há controle eficiente desses itens; não se investe, de fato, em inteligência artificial, pois cada um quer ver instalado "seu programinha", que impossibilita a constituição de um sistema harmônico; não se pensa em intervenções prediais preventivas; não se constroem prédios pensando no futuro; não se tem uma estrutura de pessoal, nas duas instâncias, adequada às reais necessidades; não se focaliza na gestão por competências, tão importante para elaboração do programa de capacitação dos servidores; não se faz gestão de contratos.

Se analisarmos com cuidado, para tantos problemas, o orçamento acaba ficando curto. Mas, sendo realista (e não otimista), creio que solução existe e passa pelo planejamento das ações, aliado ao direcionamento do orçamento com foco nas prioridades estratégicas.

Um bom planejamento tenta atacar as causas e não as conseqüências. Para isso, inicialmente, é mister buscar um bom alicerce, como se faz agora.

Bebendo nos ensinamentos dos administradores que aprendi a admirar, ousou afirmar que, no caso do Tribunal, é necessário: apostar na gestão de pessoas, valorizando os nossos servidores e magistrados; eleger prioridades crescentes no campo da estrutura física, de sorte que, ao fim e ao cabo, todos os fóruns tenham condições ideais de funcionamento no decorrer de cinco anos; priorizar a segurança física e eletrônica nos fóruns e tribunais, posto que a magistratura é uma profissão de risco; levar a frente, paulatinamente e de forma consistente, um programa de informática integrado e que, portanto, facilite a atividade judicante; ter uma estrutura de pessoal, na atividade meio, capacitada e em número compatível com as necessidades; ter uma boa gestão dos convênios e contratos firmados.

Tudo isso é alicerce.

Hoje, com o apoio do presidente do Tribunal e do Comitê Gestor do Planejamento Estratégico, posso assegurar que esse trabalho está sendo feito.

Ele é, de certa forma, silencioso, pois vai crescendo sem que as pessoas percebam, já que todo o trabalho desenvolvido fica embutido na apresentação do produto final. Mas é consistente.

Temos um plano de informática abrangente, que está sendo executado com obediência, em regra, aos prazos pactuados; estamos apostando nas pessoas, a partir da gratificação por produtividade (inovação no serviço público estadual) e na reestruturação do quadro de pessoal do tribunal e dos fóruns; mexemos nos editais de licitação, a fim de que se tome atrativo contratar com o Tribunal e com segurança para ambos; preparamos a "Cartilha do Fornecedor", que será objeto de reunião em breve com nossos atuais e potenciais fornecedores para tirar-lhes dúvidas e melhorar essa relação; estamos traba-

lhando na fixação de atribuições de cada diretoria, evitando o "retrabalho" e a centralização de atos na presidência do Tribunal, etc.

Muitos, no entanto, preocupados com os seus processos judiciais que tramitam nas varas cíveis, criminais, de família, fazendária e até nos juizados, devem estar se perguntando: o que isso tem a ver com o meu processo? A estes, respondo: muito.

No linguajar do mapa estratégico traçado para os próximos cinco anos, se os processos internos (fluxo de trabalho e de pessoas) não funcionarem adequadamente, os recursos necessários (prédios, informática, materiais permanentes e de custeio) não estarão no lugar e hora certas, logo seu processo não fluíra na forma e tempo razoáveis.

Sei que, no futuro próximo, a atual gestão vai conseguir vencer esses desafios, os novos gestores talvez não consigam enxergar, pois se assemelha a construção de esgotos em uma cidade. Contudo, torço para que estes, vivenciando os primeiros benefícios de uma estrutura administrativa azeitada, não paralitem a obra e quiçá não retrocedam, posto que esta é interminável e exige contínua melhoria.

.....

Juíza de Direito
E-mail: sonia.amaral@globocom.com

De volta

Depois de quase uma semana no “estaleiro” da UDI, o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Jamil Gedeon voltou para casa.

Vai passar o domingo se preparando para retomar a maratona de trabalho amanhã, com a inauguração da Ouvidoria do Tribunal de Justiça, que funcionará no Shopping Jaracati.

No ato, Gedeon terá a companhia do ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal.

Judiciário

Na condição de historiador, o desembargador Milson Coutinho, antes de se aposentar do Tribunal de Justiça, propôs e conseguiu aprovar uma alteração no regulamento que concede a Medalha do Mérito Judiciário.

Como era tradição, o Tribunal de Justiça realizava a solenidade festiva de outorga da Medalha Desembargador Antonio Rodrigues Vellozo no dia 8 de dezembro.

Milson convenceu os desembargadores de que a honraria deveria ser conferida no dia 4 de novembro, data em que, no ano de 1813, ocorreu a instalação do Tribunal da Relação do Distrito de São Luís, presidido pelo desembargador Antonio Rodrigues Vellozo.

Festival Guedes

O coronel Carlos Henrique Guedes, como é sabido é por todos, vai deixar o comando do 24º Batalhão de Caçadores no começo de janeiro de 2011.

A notícia entristeceu os amigos do brioso e competente militar, que mercê do seu poder de comunicação e de sua capacidade de se relacionar com as pessoas, deixará uma imensa lacuna no Maranhão.

Com a solenidade de sexta-feira, em que o coronel Guedes recebeu a Medalha do Mérito Judiciário “Desembargador Antônio Rodrigues Velozzo”, a mais alta comenda do Tribunal de Justiça do Maranhão, começou a série de homenagens ao comandante do 24º BC, que lhe serão prestadas em São Luís, antes de sua partida para Brasília, onde deverá continuar prestando serviços ao Exército.

Tribunal de Justiça: 197 anos na trilha do direito de todos

Órgão completou aniversário quinta-feira **P.2**

TJMA: 197 anos de história

Helena Barbosa
Especial para o Alternativo

O Poder Judiciário comemorou, quinta-feira, 197 anos do Tribunal de Justiça do Estado. Em 4 de novembro de 1813 era instalada a terceira corte de Justiça mais antiga do Brasil, nos moldes das já existentes na época, na Bahia e no Rio de Janeiro, de ordem do príncipe regente D. João VI.

Tinha então o "Tribunal da Relação do Maranhão", nome de origem, 10 desembargadores nomeados pelo monarca, dentre os quais o seu primeiro presidente, Antonio Rodrigues Vellozo de Oliveira, que dá nome à Medalha do Mérito Judiciário com a qual o Judiciário homenageou magistrados e personalidades que prestaram relevantes serviços à Justiça em sessão solene comemorativa à data.

Instalado provisoriamente onde hoje funciona a Prefeitura Municipal, na Praça Pedro II, a corte jurisdicionava do Ceará ao Amazonas. Os apelos das suas decisões eram remetidos à Casa de Suplicação de Lisboa (Portugal). Cinco anos depois, era transferido para o cruzamento da Rua da Palma com a 14 de julho, permanecendo ali até 1891, quando, por obra do fim do Império e advento da República, fora extinto, para em seguida receber o nome de "Superior Tribunal de Justiça", há um mês após a promulgação da primeira Constituição do Maranhão. Mudou novamente de sede, passando a funcionar na Rua Afonso Pena com Rua Direita.

Promulgada a Constituição Federal de 16 de julho de 1934, vieram novas regras de Organização Judiciária para

o Brasil, com repercussão em seus estados-membros, dando nova nomenclatura à corte estadual, que passou a se chamar "Corte de Apelação". Três anos depois, vem outro nome: "Tribunal de Apelação", por força da ditadura do Estado Novo de Getúlio Vargas e, finalmente, "Tribunal de Justiça", a partir de 1947. Foi nesse ano, com a edição de nova constituição maranhense, que o Poder Judiciário passou a ser exercido pelo Tribunal de Justiça, composto por oito desembargadores, Juri e juizes de Direito.

Palácio - Mas foi no ano de 1948 que o Tribunal de Justiça do Maranhão passou a ter sede própria, no Palácio Clóvis Beviláqua, onde funciona até hoje, cuja construção fora iniciada pelo interventor Paulo Ramos, concluída pelo governador Sebastião Archer e inaugurada pelo Presidente da República, general Eurico Gaspar Dutra. O monumento, em estilo neoclássico, com frontão triangular, sustentado por colunas no estilo coríntios, leva o nome do jurista e legislador cearense, autor do projeto do Código Civil brasileiro (1899) quando foi Ministro da Justiça. O prédio foi construído sobre a área do antigo "Cemitério Velho", sendo tombado pela Unesco como patrimônio histórico nacional. De três pavimentos, abriga atualmente as sessões plenárias do colegiado de 24 desembargadores e das câmaras isoladas cíveis e criminais.

Toda essa história é contada com riqueza de detalhes pelo desembargador e historiador Milson Coutinho no livro "História do Tribunal de Justiça do Maranhão (1619/1999) - Colônia - Império - República", em todo o seu contexto histórico, que traçou um panorama

da trajetória institucional do TJMA.

Da época de sua implantação até hoje, o Poder Judiciário do Maranhão fortaleceu-se, ganhou porte, estrutura e independência, acompanhando a evolução das leis e dos costumes da sociedade maranhense. Hoje, são 108 comarcas divididas em três níveis administrativos - inicial, intermediária e final; 28 juizados especiais destinados ao julgamento das pequenas causas e 275 juizes de Direito, para uma população estimada em 6 milhões de habitantes. Na maior comarca, São Luís, tramitam atualmente 159 mil processos. Junto ao Tribunal, 11 mil ações.

"O Tribunal de Justiça do Maranhão chega próximo aos seus 200 anos firme na sua missão de realizar a Justiça de forma efetiva e acessível à população, aliando o planejamento de suas ações a práticas modernas de gestão", declarou o desembargador-presidente, Jamil Gedeon, anunciando ações que serão realizadas até o final de sua gestão, em 2011.

As solenidades comemorativas do aniversário reuniram magistratura e convidados em sessão solene no dia 4 de novembro, com a entrega da Medalha do Mérito Judiciário e Medalha Des. Bento Moreira Lima a autoridades e magistrados com 20 anos de carreira.



Fachada do Palácio Clóvis Beviláqua, sede do Tribunal de Justiça do Maranhão

Ouvidor

Criada ainda no primeiro semestre por recomendação do Conselho Nacional de Justiça, a Ouvidoria do Poder Judiciário foi objeto de intensa disputa entre desembargadores.

O primeiro a se oferecer para o cargo foi o desembargador José Luiz Almeida, mas ele só conseguiu o seu próprio voto.

Por decisão esmagadoramente majoritária, o TJ escolheu o desembargador José Bernardo, um magistrado competente e experiente.



Foto | Divulgação

Cerca de quarenta magistrados maranhenses vão participar do II Curso de Especialização em Direito Constitucional, resultante de um convênio de cooperação técnico-científico-acadêmico celebrado entre o TJ-MA, a Escola Superior de Magistratura do Maranhão (ESMAM) e a UNDB.

Na comemoração dos 197 anos de instalação do TJMA, a terceira corte mais antiga, em sessão solene, autoridades maranhenses e juízes com vinte anos de serviços receberam as medalhas "Antonio Rodrigues Vellozo de Oliveira" e "Bento Moreira Lima".



A presidente em exercício do TJMA, desembargadora Cleonice Freire entrega o diploma e medalha "Antonio Rodrigues Vellozo de Oliveira" ao presidente do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil, desembargador Marcus Antonio Faver



O desembargador Cleones Cunha entrega o diploma e medalha "Antonio Rodrigues Vellozo de Oliveira" à Subdiretora Geral do TJMA, Alice Araújo Meira

ACÚMULO DE PROCESSOS

Dados da Corregedoria Geral de Justiça revelam a existência de 757 processos pendentes na 3ª Vara de Pedreiras. A unidade deixa a 3ª posição e passa a liderar a lista com maior volume de processos a serem julgados até o final do ano, em cumprimento à Meta 2 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O corregedor Guerreiro Júnior está de olho. Já indicou outros oito juízes para coordenar o cumprimento de metas do CNJ.

PENDENGA FINANCEIRA (1)

Está nas mãos do presidente do Supremo Tribunal Federal, Cezar Peluso, a pendenga financeira sobre o dinheiro do convênio firmado entre o governo do estado (administração Jackson Lago) e a Prefeitura de São Luís. São R\$ 68,5 milhões paralisados na Justiça, enquanto os entes públicos envolvidos catam moedas no fundo do cofre para pagar contas e o 13º salário.

PENDENGA FINANCEIRA (2)

O governo Roseana recorreu à Justiça para anular o convênio de Jackson, alegando que ele, ao assiná-lo, já havia sido cassado pelo TSE. Já a prefeitura argumenta que a decisão ainda estava sub judice, portanto, Jackson encontrava-se no pleno exercício do mandato. Vários outros prefeitos, pressionados, resolveram abrir mão da briga e optaram por se acertar com Roseana sobre convênios parecidos.

PENDENGA FINANCEIRA (3)

No Tribunal de Justiça ocorreu dois entendimentos: um pela liberação do dinheiro ao município e outro para devolução ao estado. A encrenca foi para o STF. É a velha história de jogos a caneladas entre os dois chefes maiores do Maranhão, governando separados apenas por um muro, na Praça D. Pedro II.

Henrique Mariano

Gente de Expressão

A Uema precisa estar próxima da sociedade

Professor Henrique Mariano aceita o desafio de ser reitor da Universidade Estadual com um projeto de torná-la uma referência nacional em ensino, pesquisa e extensão

Uma greve de quase noventa dias na Universidade Estadual do Maranhão, ano passado, sem que houvesse o menor reclamo da sociedade pela sua paralisação, mexeu tanto com o professor de Métodos Numéricos da Faculdade de Engenharia Henrique Mariano, que, depois de 32 anos atuando no magistério superior, decidiu pela primeira se candidatar a reitor desta instituição de ensino. Para ele, o que aconteceu em 2009 foi uma clara demonstração de que algo de errado está ocorrendo na Universidade Estadual, ou seja, o empresariado, o poder público e a população em geral, com exceção de alunos, professores e servidores, pouco se dão conta da sua existência, portanto acredita que este é o momento dela experimentar por uma sacudida, porque ou "nós acordamos pela vontade de lutar ou então seremos atropelados".

Natural de Caxias, no sertão maranhense, filho de um engenheiro eletricitista, Francisco Ribeiro do Amaral, e da professora Maria do Socorro do Amaral, Henrique Mariano mudou-se para São Luís quando tinha 13 anos. Como era comum à época, a capital era a única alternativa para

adolescentes darem prosseguimento aos estudos, e ele veio com esta determinação, tendo freqüentado o Liceu Maranhense e mais tarde ingressado na Faculdade de Engenharia, então pertencente à Federação das Escolas Superiores do Maranhão (Fesm), hoje Uema. Apesar de sempre ter uma inclinação para a Física, foi ser engenheiro porque esta era a profissão que mais se aproximava de sua vocação inicial e dois anos depois de graduado já era professor.

Além da vida acadêmica, Henrique Mariano incursionou pelo meio empresarial, tendo sido pioneiro no segmento de informática, como fundador da HCG (o H é de Henrique), que mais tarde viria a ser o primeiro provedor de internet no estado (serviço vendido para a Elo). Antes havia fundado a Lase Engenharia, empresa especializada em cálculo estrutural, e a Meta Engenharia, voltada para organização empresarial.

Sua última investida como empresário foi o Matec, curso de capacitação, que transferiu o gerenciamento para a mulher, Celeste, haja vista ter reconhecido que seria melhor para si e para os negócios da família, sua exclusividade na vida acadêmica.

Reitor

Ao lançar sua candidatura a reitor, o professor Henrique Mariano diz ter se surpreendido com os apoios recebidos, o que para ele é uma demonstração de que existe na comunidade universitária um largo anseio por mudanças. Até o momento, ele tem de ultrapassar pelo menos quatro adversários (são sete pré-candidatos) para chegar à lista triplíce que será submetida à governadora Roseana Sarney para escolha do sucessor de José Augusto Oliveira, que, apesar de estar no segundo mandato, reivindicou do Colégio Eleitoral direito a mais um reeleição, por entender que o primeiro mandato foi para cumprimento do iniciado por Waldir Maranhão.

Mariano diz que pretende, como reitor, aproximar a Uema da sociedade, principalmente do setor produtivo, pois não considera saudável uma instituição de ensino não preparar seus alunos para que se desenvolvam social e economicamente, daí porque pretende firmar com o Governo do Estado também um pacto sobre o direcionamento de suas atividades. Ele acha que a Universidade Estadual tem tudo para se firmar como excelência de ensino, com reconhecimento nacional e internacional, em quatro áreas: Ciências Agrárias, Engenharia, Biologia e a graduação focada no ensino médio (preparação de professores de Física, Química, Matemática e outras disciplinas).

Ainda no seu projeto, ele vê a Universidade fortalecida nas cidades, conforme a vocação de cada região. Ele cita o exemplo de Bacabal, que é um dos municípios de pecuária mais próspera no Maranhão, onde deveria haver um excelente curso de Medicina Veterinária, enquanto Balsas seria fortalecida com uma Faculdade de Agronomia; Açailândia com Engenharia no campo da siderurgia etc. Embora considere essenciais esses cursos, para ele não basta a Uema ter no interior faculdades de Letras, Pedagogia etc, pois precisa estar voltada também para o desenvolvimento

econômico, isto é, bons cursos para formação de mão-de-obra especializada, pois é isto que o mercado está pedindo.

Mestre em Engenharia de Computação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde faz doutorado em Engenharia Nuclear, Henrique Mariano não é daqueles que entendem ser a universidade apenas para pensar, pois o importante, segundo ele, é que vá ao encontro da sociedade, formando bem os filhos dos que a sustentam (a sociedade toda), para que as oportunidades aqui surgidas sejam, preferencialmente, ocupada por maranhenses, desde que estejam preparados para isto.

Orçamento

O novo reitor da Universidade Estadual terá em suas mãos uma grande responsabilidade. A instituição conta com um orçamento de R\$ 180 milhões, mas, constitucionalmente, deveriam ser R\$ 300 milhões, tem cerca de 1.400 professores (800 do quadro e os demais contratados), 36 mil alunos, 800 servidores, 22 campus universitários espalhados pelo Maranhão e mais 150 pontos de atendimentos.

Ele diz estar preparado para encarar este desafio e promete gerenciar este patrimônio com a mesma visão do empresário que também é, pois não concebe a ideia de que, só porque é pública, uma repartição não tenha que apresentar resultados. Com esta visão, promete levar os cursos de extensão para o maior contingente possível da população, fortalecer a graduação e a pesquisa e fazer a Uema uma instituição notada, respeitada que, se passar por uma greve, isto seja sentido pela sociedade. O mais importante, porém é que ela dê excelência também ao Maranhão, assim como muitas instituições ensino fizeram com seus estados, como é o caso da Unicamp, em São Paulo; da Universidade de Viçosa, em Minas Gerais; da Universidade do Rio de Janeiro e muitas outras.

Casado com a também engenheira Celeste, Henrique Mariano e pai de três filhos: Ricardo, graduado em Propaganda e Marketing; Ronaldo, administrador de empresas e empresários; e Sara Raquel, advogada. Desde que começou a campanha, o contato com a família ficou ainda mais restrito, mas acha que será recompensado.

Três perguntas para o professor Henrique Mariano

1 Por que o senhor acha que a Uema está precisando ser sacudida, ou seja, ter alguém que faça ela se movimentar mais?

Porque os exemplos estão aí. Para que você tenha uma ideia, no semestre passado, foram graduados apenas dois engenheiros civis e seis mecânicos, ou seja, não dá para entender como um estado em que o setor de Construção está bem dinâmico e a universidade não esteja formando gente para ingressar neste mercado. Outra coisa absurda é empresas como a Vale, Alumar etc não encontrarem em nosso estado engenheiros que atendam suas exigências para portos, ferrovias, siderurgia e outras atividades, portanto penso que ela está distanciada da sociedade.

2 Como é que se verifica esse distanciamento de forma mais clara?

Posso dar outro exemplo. A Uema tem o único laboratório para exame de DNA no estado. Fica no campus de Caxias, porém todas as vezes que o Tribunal de Justiça determina a realização de um exame desse tipo o material é levado para São Paulo, enquanto esta receita poderia estar sendo aplicada no próprio Maranhão, porém não me surpreenderá saber que os desembargadores desconhecem sua existência, já que ela pouco afeta a população, o poder público, o empresariado...

3 O senhor prega um pacto com o Estado para definir as linhas mestras da Universidade. Isto não fere sua autonomia?

De modo algum, pois é errado este conceito de que autonomia signifique isolamento, um monte de gente pensando, pensando, enquanto o que deveríamos saber era que o rumo o estado vai tomar para que a nossa graduação estivesse sintonizada com os projetos de desenvolvimento. Não se admite que, apesar de propaganda com refinaria e outros empreendimentos, não estejamos capacitando gente para isto.



DESPEJO I

Pode sair a qualquer momento a ação definitiva de despejo da Euromar do imóvel pertencente ao empresário Carlos Gaspar, no bairro do Jaraçati, pois, salvo melhor interpretação, o advogado José Durans, que representa Alessandro Martins, perdeu o prazo para recorrer da decisão da juíza Alice Prazeres Rodrigues, da 9ª Vara Cível. No dia 16 de setembro, quando foi ao cartório retirar cópias dos autos, Durans automaticamente passou a ter ciência da decisão que rejeitou os seus embargos, portanto teria 15 dias, ou seja, até dia 1º de outubro, para recorrer, o que só fez dia 04, daí porque, à revelia, a juíza manteve a decisão, estando o caso agora nas mãos do desembargador Jorge Rachid.

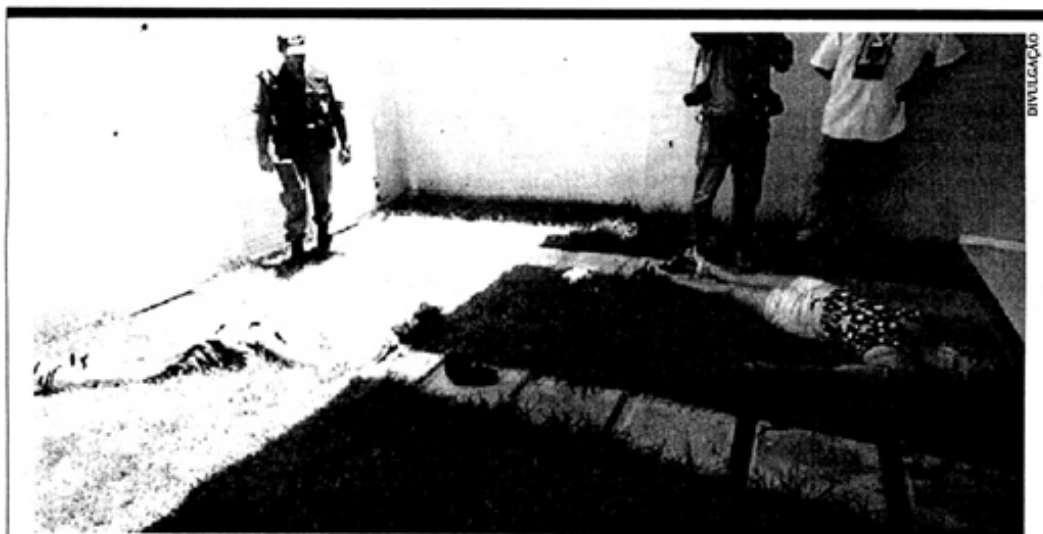
DESPEJO II

A certeza de que o despejo sai a qualquer momento é porque o desembargador Rachid deverá levar em conta que toda jurisprudência do STJ entende que a retirada de cópia dos autos no cartório pelo advogado tem o condão de tornar a parte cientificada inequivocadamente da decisão constante dos autos, fazendo com que o prazo para eventual recurso comece a correr do primeiro dia útil seguinte.

Apesar de na sua redação ter colocado que a “simples carga dos autos, sem certificar o objeto da intimação, não configura a realização desta nem pode substituí-la nos termos da lei”, Durans tem poucas chances, pois esta ressalva é para instituições, e a Euromar é uma instituição privada.

■ Corregedoria

Inspeção correicional à vista nas comarcas judiciais de Co-roatá, Coelho Neto, Caxias e Vargem Grande, na segunda feira.



Corpos de Sandra e Joel ainda no local do assassinato

Empresário nega envolvimento em morte de casal no Araçagi

Em correspondência enviada ao Jornal Pequeno, o empresário do ramo imobiliário Sergio Damiani negou qualquer envolvimento com o duplo assassinato que vitimou, em 28 de fevereiro deste ano, Sandra Maria Dourado de Sousa, de 47 anos (ex-mulher de Damiani), e o então namorado desta, o holandês Joel J. Bastiaens, 23. PÁGINA 12

Empresário nega envolvimento com assassinato de casal no Araçagi

Em correspondência enviada ao Jornal Pequeno, o empresário do ramo imobiliário Sergio Damiani negou qualquer envolvimento com o duplo assassinato que vitimou, em 28 de fevereiro deste ano, Sandra Maria Dourado de Sousa, de 47 anos (ex-mulher de Damiani), e o então namorado desta, o holandês Joel J. Bastiaens, 23. O crime – ocorrido no Araçagi – foi tema de uma reportagem na edição de domingo passado (31.10) do JP (“Casal morto no Araçagi – Após 8 meses, inquérito esta parado e família culpa juiz). Familiares de Sandra e o delegado que preside o inquérito sobre o caso – Carlos Alberto Damasceno, do 7º DP, Turu – apontam Damiani como principal suspeito de ser o mandante do duplo homicídio. Veja as argumentações de Sergio Damiani em sua defesa.



Sandra e Joel foram mortos a tiros por um pistoleiro

“Todas as afirmações contidas na matéria são levianas e irresponsáveis, e visam unicamente jogar na vala comum da criminalidade, uma pessoa que vive e trabalha com honradez, que vive nesta cidade há mais de vinte anos, oferecendo empregos e contribuindo para o desenvolvimento do estado”. Esta foi a reação do empresário Sergio Damiani, com referência à matéria publicada na página 17 da edição do Jornal Pequeno do dia 31 de outubro, domingo passado. “Os autores destas assertivas mentirosas serão responsabilizados juridicamente”, asseverou Damiani.

A matéria se referiu ao empresário Sergio Damiani como o autor do crime de que foram vítimas sua ex-esposa Sandra Maria Dourado de Sousa, 47 anos, e o então namorado desta, Joel J. Bastiaens, 23 anos. A informação teria partido do delegado Carlos Alberto Damasceno, titular do 7º DP (Turu), que preside o inquérito que apura o duplo homicídio.

A afirmação feita por familiares de Sandra Maria se configura leviana, visto que Sergio Damiani não consta como acusado no referido inquérito, o que seria natural, caso o delegado tivesse esta certeza. Sergio Damiani não se furtou, momento algum, a prestar quaisquer esclarecimentos e, em menos de 72 horas do ocorrido, colocou à disposição das autoridades, independentemente de ordem judicial, não só o seu sigilo telefônico mas também o bancário, o que consta no seu depoimento, prestado à autoridade da Polícia Judiciária.

O empresário Sergio Damiani afirma também que são desprovidas de qualquer veracidade, as afirmações de que vem praticando grilagem em São Luís. “Já vendi mais de 5 mil unidades de lotes de terreno na região do Araçagi, em terras adquiridas e vendidas legalmente, o que pode ser comprovado junto ao Conselho Regional de Corretores de Imóveis, na pessoa do seu presidente, senhor Raimun-

do Cunha Torres, ou no cartório de São José de Ribamar, com o senhor Cinézio, antigo tabelião; ou com o atual, senhor Clemilson, ou ainda junto à Prefeitura Municipal de São José de Ribamar; além dos órgãos de defesa do consumidor e até a própria polícia. “Os meus clientes sempre manifestaram-se satisfeitos com os negócios feitos com minhas empresas”, garantiu.

Sergio, falando dos motivos que levaram à separação, acabando o seu relacionamento com Sandra Maria Dourado de Sousa, afirmou que tudo aconteceu diante das dificuldades enfrentadas com relação às infidelidades de que foi vítima, fato comprovado por diversas pessoas que tiveram ligação com o casal, que conhecem e sabem o que realmente aconteceu, e mesmo os autos do processo de separação, com provas e documentos anexados ao mesmo, dando a real causa da separação e os motivos que levaram o juiz a dar diretamente o divórcio.

Hoje Sergio Damiani é casado com outra mulher com quem já tem um filho e tem em seu poder os dois filhos adolescentes, frutos do seu nefasto casamento com Sandra Maria Dourado. “Não me apoderei de bem algum deixado por Sandra, apenas os administro em nome dos meus filhos que são seus herdeiros legítimos. O faço porque sou o pai e responsável pelos referidos, pela sua educação e formação moral. Meus filhos, deliberadamente, preferiram ficar em meu poder. Os seus bens serão administrados para o bem estar deles”, garantiu Damiani.

“Desafio quem quer que seja a provar que tenho ou tive qualquer envolvimento com entorpecentes. Sou um homem de bem e honrado, o que já foi reconhecido até mesmo pela Câmara Municipal de São Luís, que através do Decreto Legislativo 036/2007, concedeu-me o título de Cidadão de São Luís, honraria que somente é conferida a pessoas de conduta ilibada e que tenha contribuído para o bem e para o de-

envolvimento da cidade. Na oportunidade, fui também prestigiado e homenageado por muitos amigos, clientes e funcionários que fizeram questão de comparecer e endossar o prestígio conferido pelo título. O discurso proferido pela funcionária Claudete, em nome de todos, foi um fiel relato de minha trajetória de vida e emocionou a todos presentes. Quem duvidar da minha conduta, que busque junto aos Pobres Servos da Divina Providência na Cidade Operária, se teve algo que desabonasse a minha conduta na época que passei com eles, ou junto à empresa Mardisa, onde passei cinco anos como funcionário, se ali tem, algo contra minha pessoa, que fale com o meu pastor, bispo Renato Chaves, que pode esclarecer algo a meu respeito”.

Com relação ao terreno que levanamente foi citado como motivo do crime de que foi vítima Sandra Maria Dourado, Sergio Damiani disse que o referido terreno foi adquirido três meses depois da separação de fato e de direito. “Sandra era conhecida do negócio, tendo ela mesma vendido à empresa compradora, um escritório de madeira. Temos todos os documentos e recibos de pagamento que comprovam a lisura do negócio. Fala-se em milhões, mas na realidade estas pessoas não sabem o quanto foi pago, quem emprestou o dinheiro, quanto foi pago de impostos, quanto foi pago em projetos, teraplanagem e trabalho jogado no referido para que o valorizasse”, disse. “No processo de partilha, quando da separação, está tudo documentado e justificado da forma mais clara possível”, asseverou Sérgio Damiani. “O processo em questão já foi inclusive analisado pelo advogado da família, primo da vítima, e que, nada encontrando para dar pros-

seguimento ao feito, devolveu-o à origem sem solicitar novas providências.”

Quanto à acusação de que Sergio Damiani tem capangas, é outra leviandade. O empresário foi vítima de um sequestro no dia 23 de junho de 2008, quando seu escritório foi invadido por três assaltantes que lhe dominaram e o levaram em um carro, sendo obrigado, diante ameaça de morte, a entregar-lhes cartões de bancos pagando o seu próprio resgate, e depois abandonado na estrada da Maioba.

Um dos sequestradores foi reconhecido através de fotografia do banco de dados da polícia, e logo os agentes do Serviço de Inteligência da Polícia Militar conseguiram prendê-los, sendo todos autuados em flagrante no Plantão da Polícia Judiciária, no Cohatrac. Na ocasião, Sergio Damiani foi ameaçado de morte pelos sequestradores e então se decidiu pela contratação de seguranças para suas empresas, tratando-se de pessoas de bem que fazem o seu trabalho de forma bastante responsável, somente no âmbito das empresas.

“Estas pessoas que deram declarações tão desastrosas não contribuem em nada para o esclarecimento dos fatos e ainda agridem irresponsavelmente as autoridades, colocando em dúvida a lisura do trabalho das mesmas, de forma mais desrespeitosamente possível para com as mesmas como autoridades e como cidadãos. Tenho o maior interesse de que este crime seja esclarecido com a maior tranquilidade de minha consciência, pois não tive qualquer participação direta ou indiretamente na morte da mãe dos meus filhos. Confio nas autoridades e tenho em Deus o meu refúgio”, concluiu Sergio Damiani.

'No inquérito, ainda não existem acusados ou indiciados'

É importante esclarecer que o meu cliente, o sr. Sergio Damiani, não é formalmente acusado. No inquérito ainda não existem acusados ou indiciados, o meu cliente foi ouvido no inquérito como ex-marido e não como suspeito ou acusado. O meu cliente sempre fez questão de colaborar com as investigações e sempre se colocou a disposição do delegado Carlos Alberto Damasceno. Inclusive sobre a quebra do sigilo telefônico, esclareço que o próprio Sergio Damiani solicitou a quebra de seu sigilo para a empresa de telefonia móvel Oi, sendo feita por meio de ofício, o qual foi devidamente anexado no inquérito policial. Logo, afirmo que não há a necessidade de quebra de sigilo telefônico pela Justi-

ça, a quebra do mesmo já foi autorizada e solicitada pelo meu cliente. Sobre o terreno adquirido pela empresa Solos Imóveis, que tem como um dos sócios o sr. Sergio Damiani, esclareço que existe um processo ajuizado na 1ª Vara de Família de São Luís, mesma vara onde foi feito o divórcio do casal, no qual fica provado que a separação de corpos do casal foi antes da aquisição do terreno. Sobre a acusação de grilagem de terra, venho informar que tal fato nunca existiu e que essa afirmação terá que ser provada e os responsáveis pela informação serão interpelados judicialmente. Com relação aos bens deixados pela sra. Sandra Maria, estamos tomando as medidas jurídicas para impedir que os mesmos se-

jam dilacerados pelos atuais administradores, haja vista que os herdeiros legítimos são menores. Na verdade, minha conclusão sobre a matéria publicada neste jornal no último domingo dia 31 de outubro de 2010, é que a família tenta de todas as formas incriminar o meu cliente, o motivo pelo qual fazem isso não sabemos. E em momento de total desespero e irresponsabilidade fazem acusações sem fundamento, inclusive tentando responsabilizar o juiz dr. Márcio Brandão, da Comarca de São José de Ribamar e o delegado Carlos Alberto Damasceno pela demora na conclusão do inquérito.

James Raposo – advogado de Sergio Damiani

A desembargadora Cleonice Freire presidiu a sessão solene de comemoração dos 197 anos do Tribunal de Justiça do Maranhão na quinta-feira, quando foram entregues medalhas a magistrados e personalidades com relevantes serviços prestados ao Judiciário.

O presidente do TJ, desembargador Jamil Gedeon, que se ausentou das atividades para submeter-se a uma intervenção cirúrgica de emergência, está plenamente recuperado e volta ao batente amanhã.

Inauguração

● O Tribunal de Justiça do Maranhão inaugura amanhã (8), às 17h30, a sua Ouvidoria, na Casa de Justiça e Cidadania, no Shopping Jaracati, ao lado do Viva Cidadão. O órgão vão funcionar como um balcão de atendimento ao cidadão, onde ele poderá registrar sua reclamação, denúncia ou sugestão sobre os serviços judiciários. O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal estará presente à inauguração, ao lado do presidente do TJMA, desembargador Jamil Gedeon e dos ouvidores titular, desembargador José Bernardo Rodrigues, e substituto, Cleones Carvalho Cunha.